ENTRE A ARTICULAÇÃO, A EMANCIPAÇÃO E A COMUNICAÇÃO, O MAPA COMO PROCESSO FORMADOR INSERIDO NA CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

BETWEEN ARTICULATION, EMANCIPATION AND COMMUNICATION, MAP AS A TRAINING PROCESS INSERTED IN THE PERMANENT CAMPAIGN AGAINST AGROXOXICS AND FOR LIFE

ENTRE ARTICULACIÓN, EMANCIPACIÓN Y COMUNICACIÓN, EL MAPA COMO PROCESO DE FORMACIÓN INSERTADO EN LA CAMPAÑA PERMANENTE CONTRA LA AGROXÓXICA Y POR LA VIDA

GUSTAVO STEINMETZ SOARES
ENCONTTRA - Universidade Federal de Paraná (UFPR) – Curitiba/PR. E-mail: guguisbrow@gmail.com

Resumo:
O mapa reflete as intenções de quem o constrói. Como ferramenta especializada serve como legitimador de discursos e distante daqueles que não detém o conhecimento técnico necessário. Desde a década de 1980 busca-se formas de apropriação e ampliação do acesso ao mapa, com articulação de povos e comunidades em seus territórios e também de comunicação crítica, denúncia e reivindicação. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, é um movimento que busca denunciar os impactos do uso de agrotóxicos e divulgar alternativas que promovem a vida. Nos anos de 2019 e 2020 a Campanha articulou cursos de formação que contaram com a inserção de oficinas de cartografia social. A partir da definição de uma metodologia de mapeamento coletivo e/ou participativo, as práticas, nos tempos escola e comunidade, possibilitaram a materialização e espacialização de denúncias de conflitos e anúncios de resistência e modos de vida, fortalecendo relações sociais sobre os territórios dos sujeitos e sujeitas participantes e a articulação de redes de resistência em diversas escalas.

Palavras-chave: Mapa, Agrotóxico, Vida, Cartografia Social

Abstract:
Map reflects the intentions of those who built it. As a specialized tool it serves as a legitimizer of speeches, being distant from those who do not have the necessary technical knowledge. Since the 1980s, ways of appropriating and expanding access to the map have been sought, with the articulation of peoples and communities in their territories and also of critical communication and denunciation. The Permanent Campaign Against Pesticides and for Life is a movement that seeks to denounce the impacts of pesticides use and to disseminate alternatives that promote life. In 2019 and 2020, the Campaign articulated workshops that included social cartography. Based on participatory mapping methodology, this activities, in school and community times, enabled to materialize and spatialize the reports of conflicts and announcements of resistance and ways of life, strengthening social relations over the territories of participants and the articulation of resistance networks at different scales.

Keywords: Map, Agrochemicals, Life, Social Cartography

Resumen:
El mapa refleja las intenciones de quienes lo construyeron. Como herramienta especializada sirve como legitimador de discursos, distante de quienes no tienen los conocimientos técnicos necesarios. Desde la década de los ochenta se han buscado formas de apropiación y ampliación del acceso al mapa, con la articulación de los pueblos y comunidades en sus territorios y de comunicación crítica y denuncia. La Campaña Permanente Contra los Plaguicidas y por la Vida es un movimiento que busca denunciar los impactos del uso de plaguicidas y difundir alternativas que promuevan la vida. En 2019 y 2020, la Campaña articuló talleres que incluyeron cartografía social. Basadas en la metodología del mapeo participativo, estas actividades, en tiempos escolares y comunitarios, permitieron materializar y espacializar los relatos de conflictos y anuncios y formas de vida, fortaleciendo las relaciones sociales sobre los territórios y la articulación de redes de resistencia a diferentes escalas.

Palabras-clave: Mapa, Agroquímicos, Vida, Cartografía social

Introdução

O movimento Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida., lançado em 2011, conta com uma série de ações e articulações que extrapolam a denúncia dos malefícios dos agrotóxicos (veneno). A "Campanha busca explicitar as contradições e malefícios gerados pelo modelo de produção do agronegócio, ao mesmo tempo em que lança uma luz sobre a proposta de alternativa baseada na agroecologia." (TYGEL et al., 2014b, p.147). Os sujeitos e sujeitas que participam do movimento tem, de longa data, uma história de luta sobre as questões que a campanha se insere, "há muito mais tempo, travam uma difícil e desigual batalha contra os agrotóxicos e o modelo industrial de agricultura implementado no Brasil – o agronegócio." (TYGEL et al., 2014, p.38)

Diante dos enormes recursos que o setor do agronegócio mobiliza para gerar opiniões a seu favor, a alternativa é buscar uma articulação para a construção de "outro modelo de agricultura - a Agroecologia." (TYGEL et al., 2014, p.38). Em 2008, com a divulgação de números recordes no uso de agrotóxicos pela própria indústria, organizações e movimentos sociais do campo se motivaram e começaram a se articular. Em 2010, numa reunião inicial, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo, onde se definiu o lançamento da campanha.

> Hoje, a Campanha pode ser definida como uma articulação da sociedade civil que tem como objetivo denunciar os efeitos dos agrotóxicos e do agronegócio para a população e anunciar alternativas de modelo de organização da produção de alimentos saudáveis baseadas na Agroecologia. (TYGEL et al., 2014, p.39)

Assim, segundo os autores, a garantia da produção de alimentos saudáveis para a população implica na luta conjunta em

oposição aos agrotóxicos e aos transgênicos. Devido à complexidade do tema a Campanha definiu cinco focos de luta: "Proibição no Brasil do uso de agrotóxicos banidos em outros países do mundo. [...] Fim da isenção fiscal aos agrotóxicos. [...] Fim da pulverização aérea. [...] Em defesa da água sem agrotóxicos. [...] Conquista de territórios livres de agrotóxicos e transgênicos." (TYGEL et al., 2014, p.41)

A Campanha se organiza em comitês regionais que contam com organizações locais e/ou nacionais, que atuam em seus territórios, envolvendo sociedade civil, movimentos rurais, sindicatos, figuras políticas, movimentos estudantis e instituições de ensino que tem alguma relação com questões ambientais e/ou agroecológicas. As práticas da Campanha envolvem o desenvolvimento de materiais de comunicação para o diálogo com a sociedade, dos quais se destacam os filmes "O Veneno está na mesa", volumes I e II. Também a realização de algumas "ações de massa" como a ocupação de espaços simbólicos. Essas práticas ocorrem em articulação com outras entidades da sociedade civil, além do diálogo com o Estado, na participação de fóruns específicos e elaboração de políticas que incentivam iniciativas agroecológicas e fiscalizam e restringem o uso de agrotóxicos. Assim se destaca a necessidade de fortalecer estratégias diante das forças que atuam no governo em favor do agronegócio, onde sua capacidade se mostra na alteração de leis para permitir o uso de pesticidas e agrotóxicos. "Fica evidente, portanto, que, quando há dinheiro suficiente envolvido e interesses políticos convergentes entre o agronegócio e o governo, é muito difícil resistir" (TYGEL et al., 2014, p.42).

Além disso, se acrescenta uma complexidade com o surgimento de novas tecnologias, que aumenta a capacidade e

formas de atuação do agronegócio. Diante disso os autores destacam dois instrumentos políticos, "a Campanha participou da elaboração do Plano Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA). Criado no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)" os quais necessitam um esforço de esclarecimento e instrumentalização, para buscar sua implementação pela sociedade civil e seus diversos grupos, em seus territórios. A atuação frente aos desafios existentes da Campanha conta com o acionamento dos comitês regionais, e o comprometimento com as causas do movimento, sendo importante a base construída através das práticas já realizadas.

> Seguiremos convocando os comitês, as organizações e todas as pessoas, no Brasil e no mundo, a renovarem a sua luta contra os agrotóxicos e pela vida. Os muitos caminhos narrados aqui foram resultado do esforço coletivo de muitas trabalhadoras e trabalhadores que, espalhados pelo país, constroem e dão sentido às práticas e propostas almejadas pela Campanha. (TYGEL et al., 2014, p.42)

Dentro do escopo brevemente apresentado, sobre o que significa a Campanha, num contexto histórico específico, situado nos anos de 2019 e 2020. Contexto em que a Campanha realizou um curso de formação de base, de alcance nacional, que contou com etapas regionais, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e São Paulo. Cada etapa contou com uma semana de formação, com vários momentos de exposição sobre temas pertinentes aos objetivos propostos e, nesses cursos, foi inserido o processo de mapeamento ou cartografia social. Onde as práticas de mapeamento são diversificadas, assim como os objetivos do mapa, e também as terminologias referentes. O que vai se chamar de cartografia social neste texto é uma prática de mapeamento participativo que se baseia em outras formas de mapeamento existentes que serão explicadas no decorrer do texto.

O mapa sempre foi visto como uma ferramenta importante para o conhecimento e reconhecimento de um território, possibilitando uma visão "de cima" sobre o mesmo, auxiliando na compreensão das dimensões físicas, ambientais, sociais e políticas. A Geografia, como disciplina acadêmica, busca a compreensão da relação sociedade e espaço e tem no mapa uma ferramenta importante de visualização de informações. Já a Cartografia se dedica a compreensão e desenvolvimento de técnicas e tecnologias que possibilitam o mapeamento. Essas duas disciplinas, a segunda mais recente que a primeira, sempre trabalharam com as possibilidades que os mapas ofereceram ao longo do tempo, que foram mudando de acordo com as técnicas e tecnologias que foram surgindo.

Nos anos 1970, no Brasil, uma linha do pensamento geográfico, a Geografia Crítica, questiona a utilização do mapa, que vinha sendo concebido como uma ferramenta neutra na análise do espaço. Nesse momento em que a Cartografia, como disciplina acadêmica, busca o uso científico e quantitativo do mapa, começa a se denunciar que por trás do mapa existe um discurso ideológico. "Teóricos sociais argumentaram ainda que esse tipo de abordagem científica reforçava o status quo, uma epistemologia empirista que exclui da geografia a investigação de outros mundos possíveis além daquele em que vivemos." (SHEPPARD, 2008, p.116). Essas denúncias vêm de perspectivas humanistas e sociais sobre o uso e a importância do mapa, presentes tanto na Cartografia quanto na Geografia.

> Cartógrafos [e aqui se acrescenta geógrafos] há muito perceberam que mapas não apresentam o mundo direta e claramente. Mapas re-apresentam o mundo fornecendo versões da verdade para apreensão da mente humana. Em retorno, mentes

> representam o mundo também, internamente como 'mapas cognitivos'" (MONTELLO, 2002, p.294, tradução própria)

Sendo assim, o mapa, que, há muito, é utilizado de forma "oficial" por instituições de poder para a manutenção do mesmo, a partir de uma visão crítica, pode ser utilizado como ferramenta de reivindicação e de luta. O que vai determinar o caminho a ser tomado são as intenções e objetivos de quem o utiliza. "O mapa enquanto representação espacial é indissociável do discurso do seu produtor. Isto abre, em primeiro lugar, uma nova oportunidade de manipulação, mesmo inconsciente; mas, sobretudo isto complica seu uso como suporte à Participação." (JOLIVEAU, 2010, p.49). Na década de 1980, vão surgir diversos campos que vão buscar o papel social do uso do mapa, de forma crítica e participativa. Práticas que envolvem o uso subversivo de ferramentas de mapeamento e metodologias participativas de mapeamento, tornando os mesmos acessíveis a comunidades e grupos que de alguma forma foram e são invisibilizados em mapas científicos e oficiais de Estado.

Nesse sentido cabe um olhar atento aos processos participativos de mapeamento. Se por um lado surgem como forma de aproximar o uso do mapa de sujeitos e sujeitas não especialistas, por outro lado, o uso de metodologias participativas não garantem a autonomia sobre as técnicas e conteúdos, podendo, da mesma maneira ser usado como forma de dominação.

O mapa é, portanto, uma ferramenta potente de desvendamento, mas cujo domínio exige uma especialização que não é igualmente compartilhada entre os diferentes atores e que é suscetível de criar, por seu uso, efeitos de poder, o que é um problema para o objetivo da participação. Parece que se abrem três grandes pistas de soluções. A primeira é a vulgarização do uso do

mapa e uma melhor formação cartográfica do cidadão. A segunda consiste em formar os mediadores da participação em cartografia, e os cartógrafos na concepção participativa dos mapas. A terceira é a de renovar o próprio mapa" (JOLIVEAU, 2008, p.50)

No sentido de estar atento aos riscos do mapeamento participativo a cartografia social que, no Brasil, vai ganhar visibilidade através do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, auxilia na construção de um uso do mapa com respeito a autonomia das comunidades.

> A partir de técnicas de mapeamento social, os trabalhos de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) visam analisar os processos diferenciados de territorialização, hoje em pauta na Amazônia, e sua relação com a emergência de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. (ALMEIDA, 2013, p.28)

O mapeamento no projeto envolve treinamento e capacitação dos sujeitos e sujeitas que tem autonomia na escolha dos conteúdos que serão mapeados. São novas/outras territorialidades que redesenham mapas "oficiais" existentes nas mesmas áreas. O autor afirma que o PNCSA difere dos mapeamentos participativos mais rígidos, pois aquele não pressupõe formas específicas,

> [...] não define ou propõe como devem participar e nem tão pouco possui uma 'metodologia' que discipline a ação dos membros da 'comunidade' nas atividades do projeto [...] Exerce também uma análise crítica tanto com respeito à abordagem primordialista [...] e à abordagem instrumentalista [...]propicia condições de possibilidade para que cada comunidade possa ter acesso a instrumentos que lhes permitam uma representação cartográfica intrínseca. (ALMEIDA, 2013, p.30).

Esse modo de fazer cartografia, que busca aproximar comunidades do uso de ferramentas de mapeamento, respeitando a sua forma de enxergar o seu território, o seu conhecimento e a sua autonomia, vai trazer uma nova relação no processo de mapeamento do território, o qual inspirou e direcionou as oficinas de cartografia social construídas junto aos cursos da Campanha. Esse artigo tem o objetivo de mostrar como se deu a construção das oficinas de mapeamento durante os cursos de formação da CPAV (Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida), e assim, mostrar que o mapa, para além de uma ferramenta de visualização do território, é um instrumento de formação crítica dos sujeitos e sujeitas em relação ao seu território de vida e pode fortalecer as relações de sociais de uma comunidade. Não se pretende definir passos e etapas específicas de uma forma de mapeamento, mas mostrar a construção de uma relação participativa com o mapa, que consiste na construção coletiva do mapeamento do território de uma comunidade ou coletividade, respeitando sua autonomia sobre os processos e os resultados, formas e formatos.

> O planejamento comunicativo e participativo tem por missão não somente pensar e organizar o futuro do território, mas permitir sua construção contínua pela sociedade local, ao mesmo tempo em que os atores locais se inscrevem cada vez mais em redes que ultrapassam ou ignoram o território. (JOLIVEAU, 2008, p.54)

Tomando como referência o uso "convencional" do mapa, feito por um especialista, detentor de um conhecimento complexo, com padrões e formas pré-estabelecidas pela ciência, o mapeamento de um território se torna uma espécie de "tradução". O conhecimento das comunidades apresentado na forma e linguagem de um conhecimento técnico-científico. De outro modo, a postura

que se adotou nas práticas da cartografia social, parte de uma concepção de mapeamento simplificada, sem uso softwares de geoprocessamento complexos, mas com a utilização de ferramentas acessíveis e simples que não exijam dos sujeitos e sujeitas uma formação prévia, favorecendo para que se tornem protagonistas do processo de mapeamento.

Sendo assim, o mapeamento não tem um formato definido a princípio, pois vai depender do que estiver alcance em termos de custo, de adaptação e afinidade com o mapa, "não define ou propõe como devem participar e nem tão pouco possui uma 'metodologia' que discipline a ação dos membros da 'comunidade' nas atividades do projeto" (ALMEIDA, 2013, p.30).

Ao pensar na construção de uma oficina de cartografia social, ou mapeamento coletivo e/ou participativo, é preciso entender que a importância desse processo está numa relação de conhecimento e reconhecimento de um território que vai materializar as relações sociais de uma comunidade, ou seja, o mapeamento vai dar forma a relações socioespaciais, e, assim, visibilidade a modos de vida. Os sujeitos e sujeitas vão conhecer o seu território e, ao mesmo tempo, se reconhecer enquanto comunidade espacializada, e relações que antes não eram percebidas serão mostradas, podendo, assim, fortalecer as comunidades e seus territórios. "Está-se diante de uma dimensão política inegável, que organiza demandas na própria construção dos mapas produzidos, tornando este trabalho um fator de mobilização e de reforço da identidade étnica. Os sujeitos sociais avançam em sua capacidade de cartografar" (ALMEIDA, 2013, p.33).

O curso e as etapas da Campanha e organização e planejamento das oficinas

Segundo Tygel et al. (2014), a campanha sempre foi pautada na ideia da comunicação, de ocupar os espaços de mídia, com a campanha contra os agrotóxicos. Em 2018 surge a necessidade de afinar os discursos dos grupos realizando assim cursos de formação. Em 2019, surge a demanda manifesta pelos articuladores da campanha pela inserção de um processo de cartografia social nos cursos de formação que é proposta junto ao Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA)[1].

Formaram-se três setores de formação: Setor Sul; Setor Centro-Oeste; Setor Nordeste. Cada setor representa um curso realizado nas respectivas regiões, com duração de 7 dias, trabalhando a partir de casos de contaminação por agrotóxicos, por exemplo, no Paraná, Setor Sul, se trabalhou com as produções de Fumo, em São João do Triunfo. A partir do caso se estuda um aspecto específico como Saúde, Meio Ambiente e outras dimensões que variaram de acordo com a região. O curso no Setor Sul, por exemplo, teve como dimensões trabalhadas, a Saúde, Gênero, Raça e Classe, Legislação, Agrotóxicos e meio ambiente, Biotecnologia, Agroecologia, COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, em Paranacity), ELAA (Escola Latino Americana de Agroecologia, na Lapa), Comunicação, com momentos de avaliação.

Um dos objetivos dos cursos foi a formação de formadores para promover a multiplicação do processo. Seguindo a Pedagogia

[1] "O Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra foi formado em Curitiba inicialmente dentro do curso de Geografia da UFPR, com participação de alunos de graduação e pós-graduação e sob coordenação do prof. Jorge Montenegro." (ENCONTTRA, 2019)

da Alternância, após os dias de cursos em cada setor, o tempo escola, os sujeitos e sujeitas voltam para suas comunidades para pôr em prática os conhecimentos adquiridos, tempo comunidade, que foram 3 meses nos territórios das comunidades. Os resultados dessas práticas foram apresentados em uma plenária final que reuniu todos os participantes dos cursos.

Segundo Sandri (2011) a Pedagogia da Alternância tem origem no sudoeste da França. No ano de 1935, para atender a necessidade de formação de jovens agricultores, que se tornou o objetivo de articulações de movimentos rurais da época. Chega no Brasil na década de 1960 com Escolas Famílias agrícolas no Espírito Santo, e depois em outros estados com o Paraná, na década de 1980, com as casas Familiares Rurais. Segundo a autora, essa pedagogia buscou solucionar os problemas partindo das realidades vividas no campo, sendo os camponeses e camponesas os sujeitos protagonistas do processo, o que aproxima a prática da concepção de Paulo Freire sobre a autonomia dos educandos. "A Pedagogia da Alternância compreende duas etapas distintas: a primeira, quando os jovens estão em atividade integral na escola, durante uma semana, e a segunda em atividades no período em que os jovens permanecem com suas famílias, durante duas semanas, conforme consta no projeto" (SANDRI, 2011, p.258).

O primeiro curso foi realizado na região Centro-Oeste, nos dias 03 a 07 de julho de 2019. Nessa etapa o tempo escola foi realizado em um espaço importante do MST (Movimento Sem-Terra), no Centro de Formação Olga Benário Prestes, em Várzea Grande - MT, próximo de Cuiabá. O segundo curso aconteceu na região Nordeste, foi realizado no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira, no município de Lagoa Seca - PB, entre os dias

23 a 29 de setembro de 2019. A etapa do curso na região Sul foi realizada na Escola Milton Santos, no município de Maringá – PR, entre os dias 22 a 28 de agosto de 2019. Em seguida o curso deu sequência na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no município da Lapa – PR, durante os dias 29 e 30 de agosto de 2019. A finalização dessa etapa e especificamente da cartografia social inserida no curso, aconteceu na 18ª Jornada de Agroecologia em Curitiba – PR, nos dias 29 de agosto a 1° de setembro de 2019, com o encerramento no último dia do evento.

Procedimentos Metodológicos

O motivador inicial para inserir a cartografia nos cursos foi para realizar o reconhecimento das práticas, resistências e conflitos existentes nessas regiões, mas também para comunicá-los em um âmbito nacional a partir da Campanha. Sendo assim, enxergou-se a possibilidade de realizar uma cartografia dinâmica, em movimento, com metodologias adaptadas, ao tempo escola e ao tempo comunidade, assim como no momento de apresentação na plenária final. Com o mapeamento aplicado a temas como conflitos (denúncias) e práticas territoriais (anúncios), a fim de fazer um relato e retrato desses territórios, podendo ser feita por qualquer um, sempre com um diálogo interno e horizontal, respondendo como, quando, e quais informações são inseridas no mapa. Cada etapa de curso contou com o envio de materiais prévios, como leituras para uma familiarização com as práticas. Assim, a cartografia durante o curso, tempo escola, buscou saber de onde as comunidades se enunciavam, articulando o conhecimento compartilhado durante os diálogos a fim construir em conjunto um mapeamento, achar e localizar as práticas e resistências existentes

e conflitos, ou seja, os anúncios e denúncias. Durante o curso a partir das temáticas lecionadas com estudos de casos concretos, buscou-se estar atento às informações que surgiram durante as discussões, tomando nota dos mesmos para construir o diálogo com a cartografia, tendo em mente as perguntas: Onde? Quais conflitos? Quais práticas? Quais resistências?

Construíram-se, então, duas esferas de mapeamento, uma mais ampla para se trabalhar com a sistematização gráfica e cartográfica durante o curso, no tempo escola, e uma no tempo comunidade, tempo comunidade, onde os sujeitos e sujeitas, como formadores e formadoras, poderiam levar a mesma prática para o seu território.

Tendo como referência a prática de Cartografia Social e também a Pedagogia da Alternância, o planejamento proposto não se caracterizou como uma receita a ser seguida à risca durante os cursos, mas sim, antes de tudo é um guia ou roteiro, adaptado à realidade apresentada, que serviu como ponto de partida para a prática. A construção de cartografia social na Campanha foi pensada também para a sistematização de "carta final de encontro", em que cada turma pudesse mostrar no contexto da Campanha e no debate com a sociedade. Sendo assim, a cartografia foi vista como um instrumento de reconhecimento dos territórios por parte das pessoas que a constroem e também como uma mensagem a ser divulgada. Ou seja, tem seu caráter formador, dos sujeitos e sujeitas, articulados às suas comunidades e seus territórios, conhecendo-os e se reconhecendo nos mesmos, e outro caráter comunicador, para estabelecer um diálogo com a sociedade.

Considerou-se que a construção da cartografia não se limitava aos momentos das oficinas, pois, desde as primeiras

atividades, os temas/assuntos/objetos mapeados foram manifestados nas falas em momentos de apresentação e/ou discussão e momentos informais de diálogo. Nesse sentido, pensou-se necessária uma equipe de sistematização composta por cinco pessoas para registrar e organizar esses temas/assuntos/objetos. As etapas pensadas para o processo foram: 1) etapa de sistematização, antes, durante e após os outros momentos com os facilitadores dos cursos (destacando temas e casos concretos); 2) primeira oficina de construção do mapa a partir da sistematização com a turma (preferencialmente no começo do curso); 3) segunda e última oficina de construção do mapa (nos dias finais dos cursos); 4) orientação para a aplicação da metodologia no tempo comunidade.

Todas essas etapas foram pensadas para serem articuladas junto à comissão pedagógica de cada curso (pessoas responsáveis pela organização geral dos cursos) a fim de buscar a melhor forma de aplicá-las, porém, se reforça a importância que a primeira oficina com a turma se realize nos primeiros dias de curso. Os outros momentos podem ser melhor aproveitados se ocorrerem próximos ao fim da semana de curso, para aproveitar as ideias, trocas de experiências e discussões surgidas após a primeira oficina. A etapa de sistematização se inicia previamente e se mantém contínua durante o curso, para manter os registros dos debates, o quadro 1 traz as especificações para a realização da etapa.

Quadro 1 - Especificações para a etapa de sistematização

Etapa de Sistematização (atividade contínua)
Função: Colher temas/assuntos-chave (estão descritas as propostas de temas-chave em um outro texto), organiza-los e apresentar os pontos principais para a turma no momento da oficina.
1. Formar equipe de sistematização (05 pessoas), propor os temas pré-elencados e fechar acordo sobre eles.

2. Anotar temas-chave que surjam durante o curso a partir da fala das pessoas.
3. No fim de cada dia se reunir para juntar as anotações e elencar os principais pontos.
4. Montar um painel (cartolina ou *kraft*) com os temas elencados, e expor para a turma no momento da primeira oficina de mapas.
***é preciso estabelecer um guia para orientar o processo de sistematização, considerando a impossibilidade de registrar todo o conteúdo.**

Fonte: Organizado por ENCONTTRA, 2020.

Após a organização da etapa de sistematização, e início do curso, a próxima etapa pensada é a primeira oficina dedicada a conversar sobre a cartografia. O quadro 2 coloca as direções para a realização da prática. Nessa oficina poderá ser feita uma pequena apresentação sobre a cartografia social e mapeamento coletivo, mas é preciso estabelecer um diálogo com a turma para que todos e todas se sintam à vontade com a prática, respeitando sua autonomia e sua forma de representar as coisas.

Quadro 2 - Direcionamentos para a primeira oficina dedicada

1ª Oficina - Etapa de Materialização do Mapa
1. Combinar a importância/sentido do mapa
2. Montar a estrutura com um mapa do Brasil com foco na região do curso, pensou-se na projeção com equipamento de data-show, se disponível, sobre um papel kraft ou cartolina. Ou pode ser representado com o material que tiver, fazendo o desenho do mapa base a mão-livre. Para auxiliar, o mapa projetado pode trazer elementos espacializados que ajudem na localização, como rodovias e corpos hídricos (rios, córregos, lagos ou outros).
3. Apresentar os temas capturados pela equipe de sistematização e instigar um debate acerca do que a turma quer mapear, partindo da sugestão de denúncias de conflitos e anúncios de práticas, tendo em vista que o mapa é uma mensagem, é como a formulação de uma carta final de evento, tem que ter um objetivo. Levar em conta o encontro final dos cursos e a visibilização do mapa no contexto da Campanha no cenário nacional.

4.Trazer as pessoas para perto do mapa em construção, talvez desenhando sobre a projeção os Estados do Brasil e para fácil edição coletiva levar o Kraft para uma mesa. (importante pensar nisso, considerando a possibilidade de participantes de outras regiões/estados)
5. Proposta de a turma colocar suas contribuições no mapa, ou seja, localizando a ocorrência do que se quer mostrar e no papel escrevendo ou desenhando.

Fonte: Organizado por ENCONTTRA, 2020.

Após a primeira oficina a sistematização continua de forma mais direcionada, relacionada às realidades que possivelmente foram mapeadas pela turma. Assim, a oficina seguinte foi pensada para ser uma revisão do mapa ou mapeamento realizado. O quadro 3 coloca alguns direcionamentos para sua realização.

Quadro 3 - Direcionamentos para a 2ª oficina

2º Oficina - Avaliação do mapa e "finalização"
1. Com a turma pensar coletivamente se o mapa está representativo, se está "no caminho que queremos", fazer acréscimos com a experiência no curso nos dias seguintes à oficina anterior. Utilizar a sistematização feita durante o curso para estimular o debate.
2. Apresentar esse processo realizado pela turma como inserido no que se considera "Cartografia Social", trazendo exemplos de processos desse tipo, enfatizando que o objetivo é o controle popular das informações.

Fonte: Organizado por ENCONTTRA, 2020.

A última etapa consiste em preparar a proposta para realização da cartografia no tempo comunidade, nos seus territórios, por parte de cada integrante da turma, compreendendo suas particularidades e o que a comunidade quer mostrar. A intervenção que cada um/uma irá fazer no tempo comunidade, a forma como vai fazer, depende da sua escolha, a cartografia entra como sugestão e, por isso, nessa etapa, são mostradas instruções que podem complementar a experiência dos momentos anteriores. O quadro 4 coloca alguns direcionamentos para se propor a cartografia no tempo comunidade.

Quadro 4 - Etapa final de direcionamento

Etapa final - proposição da cartografia no tempo comunidade
1. O processo é de construção coletiva e é uma forma de materializar o que a comunidade quer mostrar.
2. Tem um sentido político que se insere no contexto do combate aos agrotóxicos.
3. O importante é o processo, ou seja, as discussões, o pensamento coletivo sobre o território, a afirmação das pessoas sobre ele e a identificação do seu território, ameaças e resistências que o configuram, assim como ideias e trocas de experiências sobre possibilidades de enfrentamento e fortalecimento da comunidade em seu território.
4. Conversar sobre as diversas formas que isso pode ser construído, não necessariamente seguindo um formato padrão de mapa e preceitos estéticos.
Sugestão inicial de materiais: Rolo de papel *kraft*; *Datashow*; "canetões" de diferentes cores; cola; tesoura; fita adesiva; lápis de cor; mesa.

Fonte: Organizado por ENCONTTRA, 2020.

A prática proposta pode tomar vários nomes, como mapeamento coletivo e/ou cartografia social, mas pode-se trabalhar com a ideia de uma sistematização gráfica e cartográfica, no sentido de mapear visualmente (formas e símbolos) as discussões que vão surgindo no diálogo. A figura 1 traz uma sistematização gráfica do VI Encontro Terra e Território, em Marabá, PA, em 2018, feita pelo coletivo Enconttra, apresentada por Monnerat (2019).

Figura 1: Sistematização Gráfica de evento.

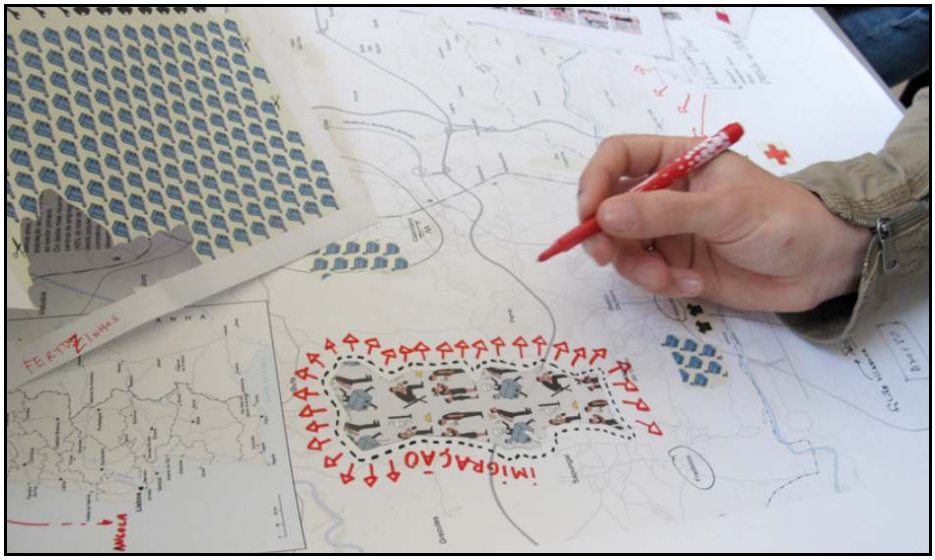


Fonte: MONERATT, 2019, p.125.

A sistematização gráfica procurou fazer um mapeamento do debate realizado no encontro e mostra a diversidade das formas de expressão gráfica, seja por símbolos, palavras, frases, organizados em torno da representação cartográfica porém sem necessariamente implicar em uma espacialização, sendo importante a articulação e a representação do conteúdo. Na medida que se busca sistematizar espacialmente as informações é possível preparar alguns materiais que ajudem a conduzir o processo, como a utilização de um mapa base com informações básicas localizadas como divisões administrativas, rede viária, hidrografia e outros. É possível também levar legendas e/ou ícones gráficos para auxiliar

as representações visuais. A figura 2, mostra um exemplo de mapeamento coletivo com mapa base e cartilhas de ícones pré definidos impressas e recortadas para o uso. Esse kit é utilizado nas metodologias do coletivo Iconoclasistas, que trabalha com cartografias coletivas.

Figua 2: Foto de processo de mapeamento coletivo do coletivo Iconoclasistas.



Fonte: ICONOCLASISTAS, 2020 (https://www.iconoclasistas.net/)[2]

> O mapeamento coletivo surge de uma miscigenação de práticas: à cartografia social mais convencional, adicionamos nossa experiência em criação, intervenção performativa e *copyleft*. Desde 2006, pretende-se que a criação de dispositivos, publicações e imagens seja retomada e, assim, adquirir uma deriva particular e situada. (ICONOCLASISTAS, 2020, tradução própria)

Fazer uma apresentação inicial é interessante para mostrar como vai ser a prática da sistematização, apresentando

[2] O grupo, em seu site, disponibiliza instruções (https://www.iconoclasistas.net/mapeo-colectivo/) e exemplos de cartilha (https://www.iconoclasistas.net/pictogramas/) com ícones para utilização e outros materiais que auxiliam na prática de uma cartografia social.

alguns exemplos, para que se instigue uma imaginação cartográfica dos sujeitos participantes do curso. É preciso avaliar que a adaptação dos processos é contínua, dependendo dos sujeitos e sujeitas participantes, da linguagem a que estão acostumados, certos exemplos podem limitar a criatividade e inibir a participação, por um outro lado, pode incentivar. Por isso o diálogo é constante a fim de incentivar a autonomia dos participantes.

Resultados e discussões

Como já comentado os cursos articularam uma diversidade de sujeitos e sujeitas, o que configurou uma experiência muito rica de troca e construção e, ao mesmo tempo, um desafio complexo de ser mapeado. Além disso, se possibilitou a aproximação de diversas formas de práticas que, diante das trocas de experiência, fortaleceram o enfrentamento aos agrotóxicos nos diversos territórios, por exemplo, pela aproximação às alternativas jurídicas (o que fazer junto a advogados populares e parceiros nos Ministérios Públicos, quais os dispositivos jurídicos que podem ser utilizados, etc...) e o aprofundamento acerca dos riscos, impactos e dinâmicas em torno do uso dos agrotóxicos. Tratou-se de conteúdos que vão desde o conhecimento da imprevisibilidade dos princípios ativos de elementos como o Glifosato e o conhecimento de como funciona a transgenia, até o contato com trabalhos de pesquisa como Pignati (2016) e Bombardi (2012), no entendimento da dimensão alarmante das contaminações, mostrando o peso que as pesquisas têm no entendimento e combate. E, talvez, mais importante, foi a continuidade dos cursos no tempo comunidade, que aconteceu como intervenção, que foi acompanhado pelos participantes em seus territórios.

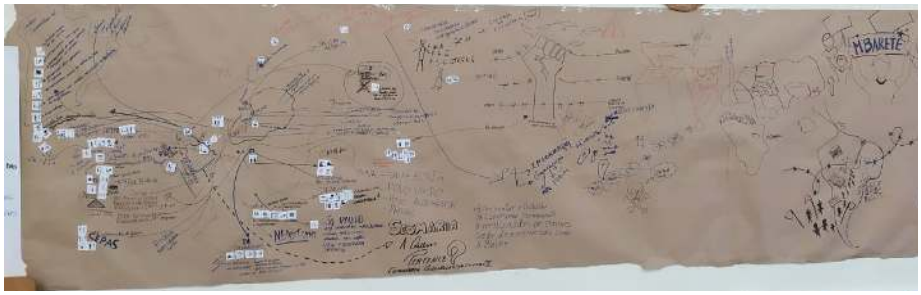
Os grandes destaques das turmas em relação a cursos anteriores já realizados pela Campanha foi a diversidade de representantes das regiões: de povos indígenas, quilombolas, Movimento Sem-Terra, professores do ensino básico, CPT (Comissão Pastoral da Terra), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), universidades, dentre outros. A atividade de cartografia contribuiu para que esses diversos sujeitos e sujeitas reconhecessem os territórios uns dos outros, e a apropriação do mapa para a possibilidade de replicar essa metodologia, que apareceu nas propostas de intervenção (como a espacialização de comunidades com as quais determinados participante pretendem fazer um trabalho de base).

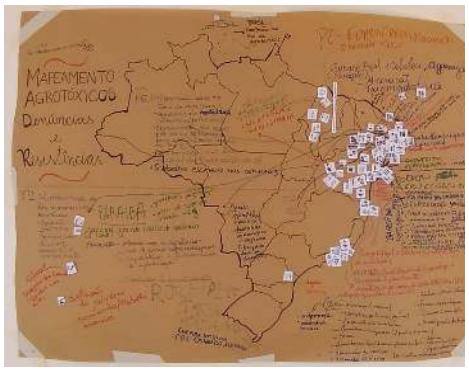
A metodologia pensada para a inserção da cartografia nos cursos teve severas mudanças durante os processos, o que tornou o processo mais rico e vivo. As práticas da cartografia ocorreram em quatro momentos dedicados, com duração de até duas horas. A proposta de criar uma equipe de sistematização, responsável pela construção dos mapas, com pessoas das turmas não deu certo, pois estavam muito ocupadas com as outras atividades do curso, e também porque as pessoas preferiram construir os mapas de forma autônoma, mostrando suas realidades diante dos venenos. Assim, nem tudo o que foi discutido durante as aulas se converteu em elementos cartografados. A cartografia ganhou uma linearidade à parte, mantendo a temática dos agrotóxicos em diálogo com o que ocorre em seus territórios, mas sem estar a reboque das aulas. Na organização prévia das oficinas, teve mais peso o papel da CPP (Comissão Pedagógica) para mediar a sistematização, não havendo

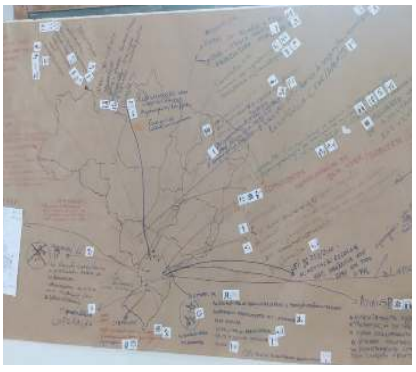
momentos específicos para entenderem a proposta da cartografia, pois esse processo se deu junto à toda a turma.

No geral a cartografia social foi um momento de trabalho prático onde as pessoas se sentiram mais à vontade do que nos outros momentos do curso. No primeiro momento, dedicado à atividade, foi projetado o mapa do Brasil sobre o papel kraft e praticamente todas as pessoas colocaram suas comunidades/territórios/lugares de atuação no mapa, "puxando" uma flecha para o lado, espaço no qual escreviam e/ou desenhavam mais detalhes. Sendo assim esse momento correspondeu em parte a etapa de sistematização pensada anteriormente, dando um panorama geral dos temas a serem mapeados e aproximando as turmas do mapa. No segundo momento dedicado à atividade, as práticas focaram em recortes territoriais. Esses foram aparecendo na construção dos mapas gerais e permitiram complementar e detalhar as informações mapeadas. Esse segundo momento correspondeu à segunda etapa pensada na metodologia pois permitiu uma avaliação do mapa geral. A figura 3 mostra as cartografias produzidas para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul, os mapeamentos gerais que foram construídos principalmente nos dois primeiros momentos dedicados à cartografia em cada curso.

Figura 3 – Mapeamentos realizados nas primeiras etapas das oficinas







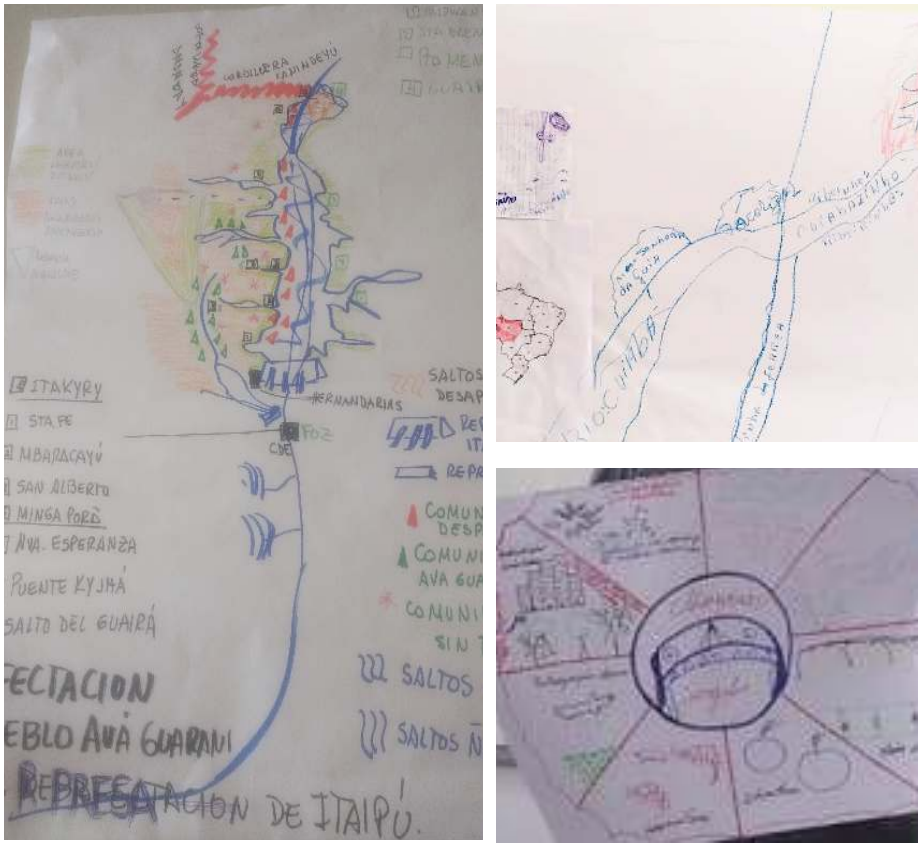
Fonte: ENCONTTRA, 2019.

No terceiro momento dedicado à cartografia foi proposto a divisão da turma em grupos por aproximação geográfica (mesmo estado), ou temática (forma de atuação). O que gerou muita discussão e também proposições que, em alguns casos, complementaram os projetos de intervenção. Daí se destaca a importância do diálogo constante e adaptação da dinâmica aos participantes. Nesse momento as atividades dos grupos se deram de forma autônoma, sendo assessorados pelos facilitadores e pelas facilitadoras da oficina, que buscavam provocar o debate e incentivar a construção da representação gráfica e cartográfica.

Diferente do que havia se pensado para momentos específicos de apresentação da prática da cartografia social essa se deu a partir das atividades práticas, sempre reforçando a noção de que a cartografia também é um objeto em disputa, onde quem faz

toda a gestão das informações é a própria comunidade, e isso não deve ser apropriado por grupos externos, ou seja, tem um sentido de controle popular das informações. A figura 4 mostra alguns mapeamentos realizados pelos grupos, que contaram com uma apresentação para turma, contextualizando e realizando o diálogo com os outros grupos.

Figura 4 - Mapeamento de grupo nos cursos da região Sul, Centro-Oeste e Nordeste



Fonte: ENCONTTRA, 2020.

É importante lembrar que os cursos contaram com espaços e momentos que em suas dimensões, simbolizam a luta e a resistência, contribuindo para a significação das práticas. Por exemplo, o curso da região Centro-Oeste, foi realizado em um

espaço importante do MST no Mato Grosso, o Centro de Formação Olga Benário Prestes, em Várzea Grande, muito próximo de Cuiabá. É um centro que estava sofrendo muitos ataques, sendo importante estar ali para quaisquer atividades, no sentido de dar força ao espaço e sair dali fortalecido também. Outro momento importante desse curso foi a participação da turma na Festa da Banana na Comunidade Quilombola Ribeirão da Mutuca. Houve uma inserção prévia na história de resistência da comunidade e a turma preparou uma mística que contou a história de resistência dos diversos povos, o horror do agronegócio, críticas severas ao governo e também fez um chamado à luta, com nuances de esperança. Isso teve, de acordo com organizadores do evento, uma repercussão forte na festa, que é frequentada por cerca de 2000 pessoas das cidades vizinhas. Esses aspectos são refletidos nas práticas do curso, ou seja, são construídos sobre a troca constante de experiências, de pessoas para pessoas, pessoas para lugares e lugares para pessoas, tudo sempre contextualizado no espaço e no tempo. Assim se destaca a importância da materialidade que a cartografia traz às relações sociais, dando forma e formatos aos territórios.

Sistematização e encontro final dos cursos

A etapa final do curso de formação da campanha foi realizada após os tempos comunidades, sendo assim, organizado para que, em grupos de trabalho, cada participante mostrasse os resultados das práticas realizadas nas comunidades. Essa etapa não foi pensada previamente na metodologia anterior, consistindo na apresentação das informações mapeadas. Houve um espaço reservado para sua apresentação. Para tal construiu-se uma

sistematização cartográfica das informações a fim de comunicar o mapeamento dos conflitos denunciados e das iniciativas de resistência existentes anunciadas nos territórios das comunidades dos sujeitos e sujeitas que participaram dos cursos e a territorialidade dessas práticas manifestadas.

Como observado anteriormente os mapeamentos realizados nas etapas anteriores tiveram uma linguagem, forma e formato livre, de acordo com a autonomia dos sujeitos e sujeitas que os construíram. Porém, na etapa final dos cursos, com o objetivo de comunicar a sistematização de todas as etapas, buscou-se construir uma linguagem mais objetiva, ou seja, utilizar formas e símbolos de padronização. Dessa maneira houve um trabalho de categorização e agrupamento das informações com o objetivo de espacializar os conflitos e as resistência. Esse processo, então, gerado a partir das construções coletivas, foi feito exclusivamente pelos facilitadores das oficinas, integrantes do coletivo ENCONTTRA. Os mapas construídos compuseram o material didático da última etapa, e também, em um formato maior, fizeram parte de um espaço expositivo-didático em que os participantes da etapa pudessem interagir, seja fazendo a leitura da sistematização do que ajudaram a construir como fazendo intervenções, correções ou acréscimos de informações nos mapas.

A etapa foi realizada nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2020, na Escola Nacional Florestan Fernandes, um espaço de formação do MST localizado no município de Guararema em São Paulo. Nos dias 6 e 7 os participantes da Campanha se juntaram à plenária nacional do movimento, abrindo a oportunidade de socializar os trabalhos realizados, inclusive os mapeamentos da cartografia social.

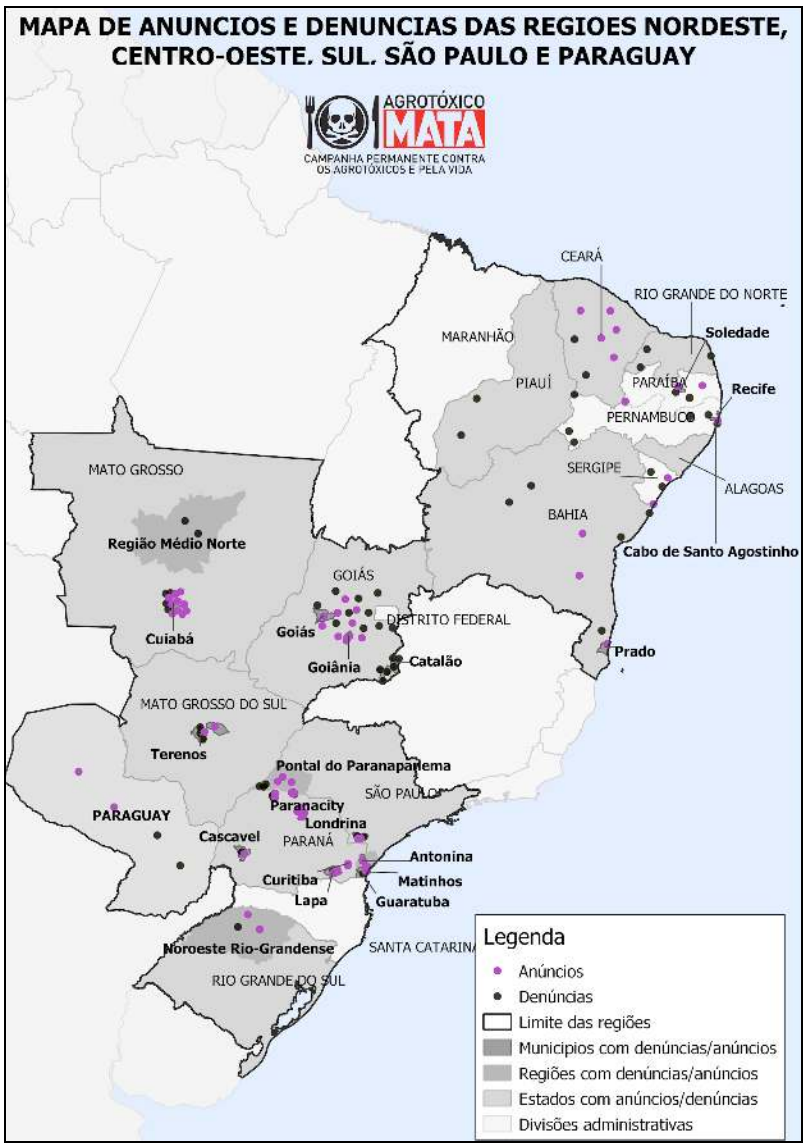
Num momento inicial foi feita a apresentação da sistematização dos mapas com todas as informações, buscando construir um diálogo sobre a importância da apropriação do mapa como ferramenta de articulação e reivindicação, buscando a reflexão do processo sobre as etapas anteriores e o reflexo resultante nos mapas finais. Nesse diálogo alguns sujeitos compartilharam a experiência do tempo comunidade em que utilizaram a cartografia social. Foram práticas com fins educacionais e também jurídicos, onde a cartografia social realizada pelos próprios sujeitos e sujeitas em seus territórios se tornou instrumento de reivindicação e defesa de direitos. Sendo assim, houve um retorno positivo diante do que havia se pensado inicialmente para a cartografia social apresentada, com o intuito de aproximar essa ferramenta para que houvesse uma apropriação da mesma, de forma autônoma, sem a dependência de especialistas técnicos.

Destaca-se que a metodologia buscada na aplicação da cartografia nas três primeiras etapas, baseada no diálogo e respeito ao conhecimento dos diversos sujeitos e sujeitas, possibilitou a construção de vínculos afetivos entre os participantes, o que ajudou na construção horizontal do conhecimento espacializado. Nesse mesmo momento inicial foram apresentados os mapas síntese de todas as informações mapeadas. Esses mapas buscaram comunicar a territorialidade das denúncias dos conflitos e anúncios de práticas e resistências. Foram organizados em diferentes formatos e escalas de visualização. Quanto aos formatos, foram dois, no tamanho A4 de papel (21 x 29,7 cm) e A0 (84 x 119 cm). Quanto às escalas de visualização foram feitos para visualização do Brasil e com recortes para cada região (Sul/Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste) correspondente a cada etapa do curso. Enquanto os mapas em A4

foram pensados para comporem o material de apoio da etapa final, um caderno descritivo sobre as etapas anteriores, como foram organizadas as informações e a explicação das legendas construídas.

Os mapas com a visualização geral buscaram mostrar a distribuição dos pontos dos anúncios e denúncias. É importante destacar que ao resgatar as informações construídas nos mapeamentos de cada etapa as localizações, em parte, não são precisas, ou estavam associadas apenas a um município, região e/ou estado. Dessa maneira, muitas denúncias foram agregadas, com um posicionamento não preciso nos mapas. Porém, o foco dos mapas é a comunicação de uma territorialidade, e não a análise espacial precisa, por isso a falta de uma precisão cartográfica é possível. A figura 5 mostra o mapa geral em formato A4.

Figura 5 - Mapa de anúncios e denúncias.



Fonte: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos pela Vida, elaborado pelo coletivo ENCONTTRA, 2019.

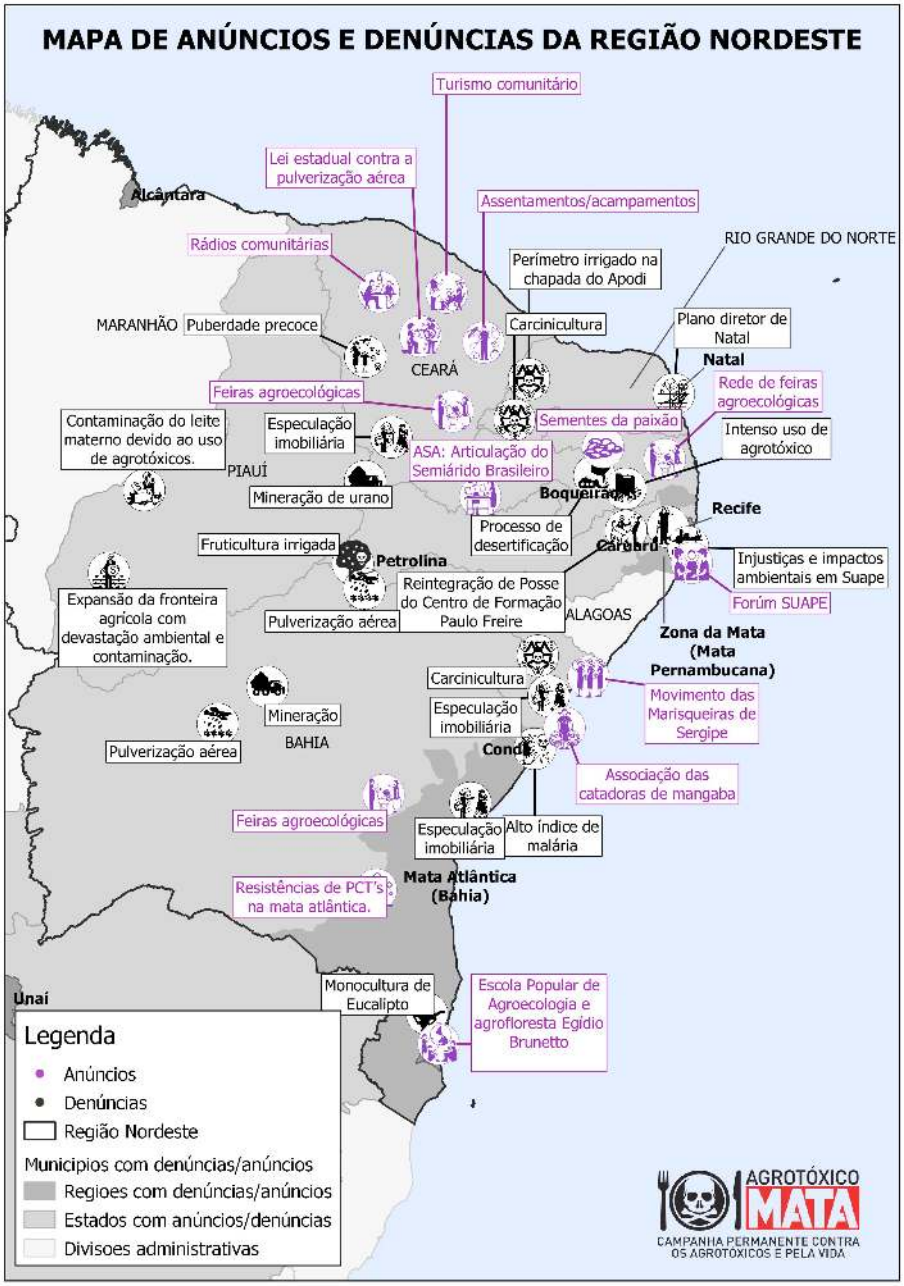
O mapa busca identificar a área de abrangência das regiões onde houve participantes das etapas e, dentro dessas áreas, distribuindo os pontos, é possível identificar locais de concentração de denúncias ou anúncios, mostrando áreas de conflitos/resistência relacionados ao agronegócio e agrotóxicos. As informações coletadas oferecem indicadores dos impactos nocivos e práticas ilegais do

agronegócio e o uso de agrotóxicos, assim como mostram, nesses mesmos locais e outros, alternativas, com cooperativas, processos de formação, práticas agroecológicas, movimentos sociais. A identificação reforça e materializa a construção de uma rede articulada de relações, onde sujeitos e sujeitas ao reconhecerem práticas semelhantes reforçam sua motivação, sua existência. Para uma melhor análise espacial, em escala nacional, é preciso uma quantidade maior de dados com uma localização definida, o que pode ir se acumulando com novos cursos da Campanha com a cartografia social inserida.

No sentido de aprofundar e complementar essa territorialidade foram gerados mapas no mesmo formato com um recorte nas regiões de cada etapa realizada, Sul/Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Com mais detalhes das informações espacializadas, que foram categorizadas e representadas com ícones gráficos[3], buscando uma comunicação mais significativa. Junto com esses mapas mais detalhados está associada uma legenda explicativa para cada denúncia e/ou anúncio. A figura 6 mostra o mapa da etapa na região nordeste.

Figura 6 - Mapa de Anúncios e Denúncias da região Nordeste.

[3] Os ícones utilizados são baseados no material gráfico disponibilizado pelo coletivo de mapeamentos participativos Iconoclacistas, diponível em: https://iconoclasistas.net//



Fonte: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos pela Vida, elaborado pelo coletivo ENCONTTRA, 2019.

Os símbolos foram utilizados a fim de trazer uma mensagem mais direta de impacto visual. A diversidade dos registros mapeados, ao serem traduzidas para outra linguagem, foi

em certa medida agrupada por tipos de ações. As denúncias e anúncios foram de forma geral espacialmente associadas a estados, regiões específicas e municípios, no mapa essas regiões foram destacadas. Dessa forma o mapeamento permite observar narrativas de conflito e resistência, mas sem generalizar para a região.

Assim, podemos observar, por exemplo, na Região Nordeste, a denúncia do avanço das fronteiras do agronegócio no estado do Piauí, e os impactos desse modelo que, no uso intensivo de agrotóxicos é denunciado pelo impacto da contaminação do leite materno, o que mostra o lastro das suas consequências. No estado do Ceará a denúncia da puberdade precoce complementa o quadro dos impactos do uso de agrotóxicos, impactos que, muitas vezes, são ignorados e/ou despercebidos. Neste mesmo estado se denunciam a especulação imobiliária, prática do modelo capitalista, que mostra uma diversidade das faces de atuação, na tentativa de controlar o mercado. No Ceará, em contrapartida, se anunciam formas de articulação comunitária e de resistência agroecológica, que aparecem nas rádios comunitárias, turismo comunitária, feiras agroecológicas e acampamentos e assentamentos, tendo também no estado o anúncio da Lei estadual contra a pulverização aérea (lei estadual 16.820/19).

A breve leitura descritiva do parágrafo anterior indica o potencial de denúncia e anúncio do mapa que serve como um direcionamento para o desvelamento e aprofundamento analítico das questões registradas. Assim, é possível construir narrativas críticas sobre a espacialidade mapeada.

Como já mencionado os mapas em formato A0 foram feitos para ficar em exposição ne plenária final, onde foi preparado um

espaço pedagógico para possibilitar a realização de intervenções nos mesmo. Nos momentos de diálogo a possibilidade e necessidade de intervenção foi reforçada para estimular e convidar os sujeitos e sujeitas presentes a modificar os mapas. Essa prática acontece com o sentido de reforçar que o mapa não deve ser considerado como algo pronto e dado como certo, mas que está sempre em transformação e deve ser modificado e alterado. Além disso, esses mapas possuíam uma linguagem cartográfica um pouco mais formal do que os mapas produzidos nas etapas anteriores, e o ato de modificar o mesmo traz uma ideia de romper a distância entre esse conhecimento técnico e os sujeitos e sujeitas não especialistas, que podem e devem se apropriar dos mesmos. Lembrando que um aspecto importante da cartografia social, apresentada desde o início, é a horizontalidade dos conhecimentos, respeitando a autonomia dos sujeitos e sujeitas, desconstruindo uma falsa hierarquização entre especialistas e não-especialistas. A figura 7 mostra a foto do espaço montado para a exposição e intervenção dos mapas e um detalhe de uma intervenção realizada. Junto com o painel montado na parede foram disponibilizados alguns marcadores para realizar qualquer outra intervenção.

Figura 7 - Espaço de exposição e intervenção nos mapas.



Fonte: Organizado pelo Coletivo ENCONTTRA, 2020.

Reforça-se a importância de um diálogo constante que convide e motive as pessoas a modificar os mapas. Esse diálogo se deu tanto em espaços de plenária quanto em conversas individuais durante as outras atividades e momentos informais de convívio. A disposição do espaço, posicionamento dos mapas em conjunto com o material marcador, e outros elementos decorativos e simbólicos, buscaram aproximar os sujeitos e sujeitas dos mapas.

Considerações finais

Desde os momentos de cartografia social das etapas iniciais, onde a linguagem dos mapeamentos era mais livre, o diálogo foi necessário. Entende-se que, em torno do mapa, existe uma construção simbólica que aos poucos foi reservando seu manuseio a especialistas. Proporcionar essa apropriação exige, então, uma desconstrução simbólica do mapa que pode proporcionar uma riqueza de informações e funcionalidades, que vão desde a articulação e reconhecimentos de sujeitos e sujeitas em seus territórios até a ampla comunicação e formação de redes de

relações. Em um processo gradual e esforço contínuo de motivação e convite a apropriação e as contribuições foram tomando forma.

O processo da cartografia social inserida nos cursos de formação da Campanha mostra que, se existem formatos e linguagens pré-definidas de mapeamentos só existem como direcionamento a ser modificado para a prática. O aspecto da cartografia vai se dar a partir da apropriação dos sujeitos e sujeitas, respeitando sua autonomia e formas de representar e compreender o mundo. Para além disso, as formas e linguagem, não são estáticas necessariamente, mas se transformam de acordo com as funcionalidades que o contexto exige, sendo assim, a prática vai desde o mapeamento livre e subjetivo, passando por uma linguagem simbólica de comunicação, até a subversão de uma linguagem cartográfica mais formal, tirando sua exclusividade do domínio de especialistas somente.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008, p.13-43.

ALMEIDA, A. W B. de. Nova Cartografia Social da Amazônia. In: Almeida, A. W. B. de; Junior, E. de. A. F. Povos e comunidades tradicionais nova cartografia social. Manaus, 2013, p. 24-33.

BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: Direitos humanos no Brasil: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 75-86, 2012.

ENCONTTRA. Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra. Disponível em: https://enconttra.wordpress.com/

ICONOCLASISTAS. Disponível em: https://www.iconoclasistas.net/

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008, p.45-70.

MONTELLO, D, R. Cognitive Map-Design Research in the Twentieth Century: Theoretical and Empirical Approaches. Cartography and Geographic Information Science, Vol. 29, No. 3, 2002, pp. 283-304.

PIGNATI, W. Agronegócio, agrotóxicos e saúde. In: SOUZA, M. M. O. de; FOLGADO, C. A. (orgs.) Agrotóxicos - Violações Socioambientais e Direitos Humanos no Brasil. Anápolis: Editora Universidade Estadual de Goiás, 2016, p.14-46.

SANDRI, T. Casas Familiares Rurais do Paraná e a prática da pedagogia da alternância. In: SOUZA, M. A. de (org.) Práticas educativas do/no campo. Ponta Grossa, PR, Editora UEPG, 2011, p. 249-272.

SHEPPARD, E. Produção de conhecimento através do sistema de informação geográfica (SIG) crítico: genealogia e perspectivas. In: ACSELRAD, H. (Org.) Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro, UFRJ, IPPUR, 2008, p.113-151,

TYGEL, A. F; FOLGADO, C; CASTRO, F. P. de; CASTILLERO, I. T. A; MELGAREJO, L; WINNIE, L. W. Y; SILVA, M. T. da; SOUZA, N. A; SILVA. N. R. da; AGUIAR, P. C; DORNELAS, R. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo.

Revista Agriculturas, Leisa Brasil, v. 11, n. 4, dezembro de 2014, p. 38-42.

Submetido em: 07 de janeiro de 2021.

Devolvido para revisão em: 31 de março de 2021.

Aprovado em: 16 de abril de 2021.